

tecnologia e inovação (C,T&I) e do incentivo à modernização nas empresas, tendo em vista a sua importância para a competitividade;

2. Estratégias para o desenvolvimento local, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da indústria paulista a partir de suas vocações regionais, buscando a redução das diferenças entre as regiões e novas oportunidades para o Estado. As ações para o crescimento local atingem tanto os setores tradicionais e maduros, como os setores de futuro;

3. Estratégias de comércio exterior e relações internacionais, considerando as oportunidades de atuação das empresas paulistas no mercado externo, assim como a necessidade de mantê-las competitivas para concorrer com as estrangeiras que atuam no mercado interno;

4. Investimento em projetos estratégicos, onde a atuação do Estado possa levar a um ganho considerável para a competitividade, como é o caso de infra-estrutura, logística, energia e Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs);

5. Maior articulação das ações dos órgãos do Estado por meio da capacitação de mão-de-obra, produção científica e prestação de serviços tecnológicos para as empresas (Centro Paula Souza, Fapesp, IPT).

As ações do governo em prol do desenvolvimento produtivo pautam-se por essas estratégias, cobrindo as mais especificamente direcionadas para o comércio exterior, para a inovação e tecnologia com vistas ao aumento da competitividade e para o ensino superior e profissional.

5.1 Estratégias de comércio exterior e relações internacionais

A inserção brasileira no mercado internacional se intensificou nos últimos anos, viabilizada pela abertura e estabilização da economia favorecida por um cenário internacional muito positivo, caracterizado pela forte demanda e altos preços. Após um período de déficits constantes na balança comercial, as exportações brasileiras se recuperaram (em grande parte devido à desvalorização cambial do início de 1999) e ultrapassaram as importações, acumulando superávits comerciais. São Paulo agrega uma estrutura produtiva diversificada e isso se reflete em sua pauta exportadora.

Apesar da forte liderança, São Paulo tem grandes desafios à frente. São vitais para sua sobrevivência o aprimoramento da capacidade competitiva, por meio de políticas direcionadas para a inovação tecnológica e para a agregação de valor, assim como a política de fomento às exportações e a proteção técnica à atividade econômica paulista de seus competidores internacionais.

Desde o PPA 2004-2007, o governo de São Paulo vem dando sequência a iniciativas direcionadas para o fortalecimento das empresas paulistas, tais como: (I) difusão da cultura exportadora – visando principalmente à expansão da base exportadora do Estado; (II) promoção comercial – objetivando incremento das exportações e internacionalização das empresas; e (III) adequação técnica de produtos a barreiras técnicas, para a correta inserção internacional.

Adicionalmente, foram realizadas ações institucionais para a internacionalização do Estado, trabalhando sua imagem no exterior, estabelecendo parcerias com governos e instituições estrangeiras. Um dos resultados do programa de comércio exterior executado nos últimos quatro anos foi a maior capacitação e sensibilização para a internacionalização das pequena e média empresas (PMEs). As ações foram bem recebidas pelo setor privado, obtendo apoio e co-participação de entidades. É preciso, agora, ampliar as ações para abranger maior número de empresas, bem como aprimorar ações promocionais e institucionais no exterior, de modo a conseguir um impacto mais significativo na base exportadora.

Dando continuidade e aprofundando as políticas de fomento ao comércio exterior paulista, é necessário atuar: (I) em prol dos negócios internacionais, incentivando, capacitando e promovendo as empresas paulistas a exportar; (II) na melhoria da imagem do Estado no exterior para que esse seja visto como um ambiente favorável aos negócios no Brasil e na América do Sul; (III) na adequação e certificação dos produtos exportáveis para que possam se inserir de maneira competitiva no mercado global; (IV) no fortalecimento do Programa de Apoio Tecnológico à Exportação – Progex do IPT; (V) no incentivo às exportações de serviços e de bens inovadores; (VI) no incentivo à diversificação de mercados; e (VII) no desenvolvimento de formas de proteger o mercado brasileiro, e paulista em particular, das importações com baixa qualidade, por meio do estabelecimento de normas técnicas mais rigorosas.

5.2 A agenda paulista de inovação e competitividade

O PPA 2004-2007 para a área de inovação e competitividade contemplou esforços para ampliar a cooperação entre o setor produtivo e as instituições acadêmicas de pesquisa. Além do binômio tradicional de Ciência e Tecnologia (C&T), o programa incorporou, também, a questão da inovação na agenda das universidades, dos institutos tecnológicos e da Fapesp. Seu eixo central de atuação pretendeu reforçar a relação universidade-empresa, como mecanismo de fortalecimento da competitividade e elevação da produtividade no Estado.

Apesar dos avanços, alguns dos desafios enfrentados ainda permanecem para o PPA 2008-2011, principalmente o baixo engajamento das empresas em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e inovação. Na perspectiva deste PPA, a promoção da P&D e inovação ocupa lugar de destaque na política industrial do Estado, alinhada a uma estratégia ampla de desenvolvimento.

No plano dos instrumentos e ações, além de mobilizar recursos, trata-se de coordenar decisões estratégicas, públicas e privadas, das mais diversas naturezas e em recortes temporais de médio e longo prazos. Isso requer não apenas correção do diagnóstico e das proposições, mas especialmente capacidade de articulação e mobilização de distintos atores em um marco institucional coerente com a estratégia de desenvolvimento adotada. Além de continuidade da ação, são necessárias metas e avaliação de resultados e clareza de objetivos.

A política de C&T e inovação de São Paulo identificará os gargalos e as oportunidades de médio prazo, para que as ações públicas e privadas sejam convergentes e que as reformas institucionais necessárias sejam acordadas entre os atores. Assim, as estratégias e instrumentos de C, T&I serão constituídas de um conjunto de diretrizes, planos e ações para estabelecer conexões entre atores, desenvolver estratégias e mecanismos de inovação, considerando os espaços competitivos concretos (APLs, pólos e parques tecnológicos), os setores produtivos e os cenários.

5.3 As ações importantes: o que se pretende fazer

Visto que o núcleo da política da indústria atual para São Paulo é constituído de três vetores — desenvolvimento da infra-estrutura, avanço tecnológico e inovação e competitividade nacional e internacional —, o conjunto de estratégias, instrumentos e ações que serão desenvolvidas para alavancar a Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) no Estado deve contemplar ações capazes de simultaneamente atingir: (I) o avanço das infra-estruturas de C,T&I em sinergia com as estratégias da política industrial; (II) os objetivos e instrumentos da política estadual de C,T&I com os da política industrial; (III) a união de esforços de instituições públicas e de entidades representativas do setor privado; (IV) a articulação de instrumentos, normas e regulamentações aos objetivos.

No primeiro caso isso significa regulamentar e implantar a Agência de Fomento do Estado de São Paulo para atuar no apoio às atividades privadas de P&D e inovação no Estado; reforçar o Fundo Estadual de Desenvolvimento Tecnológico (Funcet) como instrumento complementar à Agência de Fomento na subvenção às suas linhas de crédito prioritárias; implantar a Agência Paulista de Inovação e Competitividade com as funções de formular e executar políticas de apoio à promoção da qualidade, produtividade e inovação tecnológica.

No segundo caso, isso implica melhorar o entrosamento da Secretaria de Desenvolvimento com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) – Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para a execução do PPA paulista e sua agenda de C,T&I, bem como das iniciativas e projetos paulistas nas agências federais de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e à política industrial – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (Abdi) e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (Cgee).

No terceiro item, estão incluídas as necessidades de: coordenar a cooperação entre as secretarias do Estado para interagir principalmente em projetos e ações no sistema paulista de inovação; estimular parcerias com investidores privados em projetos de interesse do governo estadual, ancorados em garantias do governo de São Paulo e novos tipos de engenharias financeiras; desenvolver programa de apoio à inovação nas empresas; ampliar a cooperação público-privada e o licenciamento de tecnologia pelas universidades e institutos de pesquisa, desenvolvendo novos modelos de negócios para C&T; mobilizar os institutos de pesquisa do Estado para uma agenda de cooperação público-privada e fortalecimento da inovação, flexibilizando seus estatutos jurídicos, gestão e modelos de negócio.

O quarto item abrange vincular os instrumentos de atração de investimentos diretos estrangeiros aos objetivos de desenvolvimento econômico do Estado; ampliar o apoio à metrologia e serviços tecnológicos e apoiar a difusão de tecnologias com programas de produtividade e extensão, com o fortalecimento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) nessa área e o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); agir para aprovar a Lei Paulista de Inovação, e sua regulamentação, e buscar maior interação do Poder Legislativo estadual com o tema da política de inovação e das reformas institucionais necessárias; criar um portal da inovação com um sistema de informações em C,T&I paulista; criar um sistema de avaliação de resultados e impactos da política de C,T&I no Estado; organizar a conferência paulista de C,T&I e elaborar e executar um plano estadual de C,T&I; instituir o plano de programas especiais em tecnologias es-